



PRECONCEITO

Racismo no metrô e na Câmara Municipal

Em São Paulo, mulher reagiu porque cabelo de passageira encostou nela. E vereador paulistano fez comentário em plenário

» FABIO GRECCHI
» TALITA DE SOUZA

A cidade de São Paulo registrou, ontem, dois casos de racismo, que mobilizaram as autoridades e agitaram as redes sociais. O primeiro aconteceu no metrô da cidade, quando uma mulher reclamou do cabelo de outra passageira, negra, e por pouco não foi linchada — precisou sair do vagão protegida por seguranças. O segundo foi durante sessão da Câmara Municipal, quando o vereador Camilo Cristóforo (PSB) fez um comentário preconceituoso e tentou, depois, se justificar com duas versões diferentes.

O caso do metrô ocorreu na última segunda-feira, na estação Ana Rosa da Linha 1-Azul. Por volta das 18h, duas passageiras se desentenderam dentro do vagão e uma acusou a outra de racismo, conforme vídeos que circularam nas redes sociais. Agnes Vajda, de 44 anos, funcionária do Consulado da Hungria, reclamou que o cabelo de Welica Ribeiro, de 35 anos, estava encostando nela, dentro do vagão — disse, inclusive, que poderia “transmitir doença”.

No vídeo em que uma mulher reclama da outra, o tumulto se forma dentro do vagão e os passageiros começam a gritar para que as portas não sejam abertas até que a polícia chegue. As imagens mostram, também, Agnes, já na estação, protegida por um cordão de isolamento para evitar que as pessoas — que gritavam “racista, racista” — a agredissem.

As duas foram para a delegacia, onde foi registrada a injúria racial. A representação diplomática húngara não quis se

André Bueno/CMSP



Cristóforo tem histórico de manifestações preconceituosas. Ele já havia atacado um colega negro e outro de origem japonesa

manifestar, afirmando apenas que aguardará as investigações.

No Legislativo

O segundo episódio de racismo aconteceu dentro da sede do Legislativo paulistano. Durante a reunião da CPI dos aplicativos de transporte — que investiga as empresas do setor que atuam na

capital paulista —, ontem de manhã, o vereador Camilo Cristóforo (PSB), que acompanhava os trabalhos remotamente, soltou o seguinte comentário sem perceber que o áudio estava aberto. “Não lava nem a calçada. Coisa de preto, né?”.

Depois de a fala ecoar no plenário, o presidente da CPI, vereador Adilson Amadeu

(União Brasil), tentou amenizar a situação pedindo que os técnicos fechassem o áudio de Cristóforo. Mas a parlamentar Luana Alves (PSol) o interpeleu. “Não dá, vereador, já está registrado”, disse.

A sessão foi suspensa e, ao ser retomada, a vereadora avisou que o comentário de Cristóforo não passaria sem punição. “Quer

pedir à Secretaria da Mesa as notas taquigráficas, pois ficará registrado. Todos aqui são testemunhas para as ações posteriores que venham decorrer dessa fala”, anunciou.

Cristóforo tentou se defender dizendo que o comentário fora feito por causa de carros que coleciona. Mas, depois, deu outra versão, afirmando que estava

LEI 7.716

pune todo tipo de discriminação ou preconceito, seja de origem, raça, sexo, cor ou idade

brincando com um amigo.

Não é a primeira vez que Cristóforo é acusado de racismo. Em setembro de 2019, criticou em plenário o colega Fernando Holiday (Novo) e o chamou de “macaco de auditório”. Meses antes, outro parlamentar, George Hato (MDB), denunciou o vereador do PSB por preconceito racial — sofrera deboche por causa da origem japonesa.

Especialistas afirmam que a praticidade da tecnologia, com a gravação de vídeos pelos celulares, e o alcance das redes sociais facilitam a realização das denúncias. Dados do Ministério Público de São Paulo mostram que os procedimentos para investigar denúncias de injúria qualificada (com base no Código Penal) saltaram de 97, em 2020, para 708 no ano passado. Procedimentos englobam inquéritos policiais, notícias de fato, termos circunstanciados, medidas cautelares, prisões em flagrante e procedimentos investigatórios criminais.

O aumento também foi significativo nos casos de preconceito de raça ou de cor baseados na Lei Antirracismo (Lei 7.716), que passaram de 265 em 2020 para 427 no ano passado.

SAÚDE

Casos de raiva sobem com avanço da pobreza

» ISABEL DOURADO*

A morte de uma menina indígena, na última sexta-feira, chamou a atenção de especialistas para o avanço da raiva humana entre as populações desassistidas. Segundo o mais recente boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, em 2020 e 2021 foram registrados 40 casos da doença. Neste ano, já foram confirmados três óbitos causados pela exposição ao vírus transmissor.

Os estudiosos consideram a raiva uma doença diretamente ligada às más condições de vida da população, como higiene precária, ausência de saneamento básico, falta de cuidados pessoais e ausência de informação. Com o avanço da pobreza — de acordo com levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), divulgado em outubro passado, quase 28 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil; em 2019, antes da pandemia de covid-19, eram pouco mais de 23 milhões nesta situação —, os casos começaram a ser percebidos na rede pública de saúde.

Jonas Brant, epidemiologista e professor do departamento de

Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB), confirma a relação da raiva com a pobreza. “Depende de um bom acesso de saúde para conseguir (tratamento), caso haja a exposição, e depende, também, de uma boa infraestrutura sanitária”, esclarece.

Brant observa que caso a pessoa perceba que pode ter sido exposto ao agente infeccioso, a higiene é essencial para que a doença não avance. “O vírus é muito sensível ao sabão. Ao lavar, posso conseguir inativá-lo e não me infectar”, observou.

O epidemiologista alerta que é preciso uma campanha constante de esclarecimento, por parte das autoridades de saúde, sobre como as pessoas devem se proteger do vírus para, uma vez infectadas, se tratarem corretamente. “Um dos grandes problemas da doença é que, muitas vezes, os sintomas vão se desenvolver dois ou três meses depois da exposição. A pessoa esquece que está infectada e, depois, começa a desenvolver os sinais. O vírus vai progredindo até chegar ao sistema nervoso central”, explicou.

Maiores incidências

De acordo com o boletim do

André Bueno/CMSP



Higiene precária e desinformação facilitam aumento da raiva

Ministério da Saúde, a incidência de raiva humana diminuiu entre 2006 e 2017, e as regiões Norte e Nordeste concentraram a maioria dos casos. De acordo com um estudo desenvolvido, em 2018, pelo doutorando em Ciências Animais pela (UnB) Alexander Vargas, os riscos da raiva estão relacionados, principalmente, ao contato com algumas espécies de mamíferos silvestres.

“No Nordeste, temos a transmissão por raposas, mas, em todo o país, é praticamente feita

por morcegos. No Norte, os últimos surtos têm sido verificados entre as populações ribeirinhas ou indígenas”, observa.

Segundo Vargas, os morcegos “transmitem o vírus da raiva entre eles e, como ficam doentes, entram nas casas e caem no chão. Inadvertidamente, as pessoas manuseiam esses animais e são mordidas e infectadas” — alerta.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

MINERAÇÃO

Manifesto ataca lavra na Serra do Curral

» RAPHAEL PATI*

Mais de 200 intelectuais, entre artistas, escritores e produtores culturais, assinam um manifesto contra o projeto de mineração na Serra do Curral, aprovado na madrugada do último sábado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) de Minas Gerais. Nomes como Chico Buarque, Caetano Veloso e Milton Nascimento participaram endossando o documento, cujo teor foi divulgado ontem.

O documento deve ser encaminhado, amanhã, ao governador do estado, Romeu Zema. No manifesto, os intelectuais pedem a suspensão da licença concedida pelo Copam e que haja prioridade para o processo de tombamento da região para que se torne Patrimônio Cultural e Ambiental de Minas — proposta defendida pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha).

Segundo a documentarista e diretora artística Luciana Sérulo, coordenadora do movimento, a iniciativa busca atrair visibilidade para a causa. “Minha meta inicial era conseguir 50 nomes representativos nacionais. Já temos mais de 100. Estamos planejando uma série de ações para movimentar

a sociedade. Queremos chamar bastante atenção”, observou.

Por 8 a 4, o conselho ambiental mineiro aprovou a liberação para o licenciamento total do Complexo Minerário Serra do Taquaril. A empresa responsável pela obra é a Taquaril Mineração (Tamisa). Na semana passada, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) constatou irregularidades no empreendimento da mineradora.

Além de estar situado em uma “área prioritária para conservação da biodiversidade especial”, que abriga vegetação nativa de Mata Atlântica, o complexo contará com lavra a céu aberto de minério de ferro, bacias de contenção de sedimentos, unidade de tratamento de minerais, com tratamento a seco e úmido, estradas internas, pilhas de rejeito estéril, estruturas e prédios administrativos — conforme apontou o MPMG.

A Prefeitura de Belo Horizonte também criticou a liberação para a exploração. O poder municipal argumenta que não foram considerados possíveis impactos em cidades vizinhas à capital mineira na decisão tomada pelo Copam. A reação foi a impetração, ontem, de uma ação cautelar, a fim de suspender a licença ambiental concedida à Tamisa.